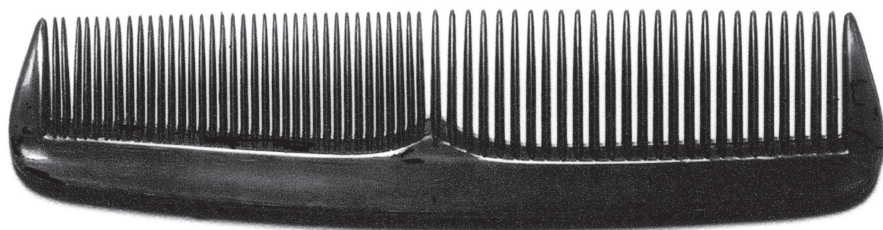
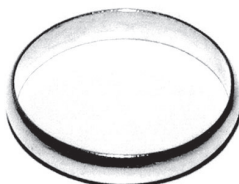


Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller Vitale (organizadoras)

Família

Redes, Laços e Políticas Públicas

6ª edição



Sumário

Prefácio à sexta edição	11
Prefácio à quinta edição	14
Prefácio à quarta edição	16
Prefácio à segunda edição	17
Prefácio	18
Apresentação à sexta edição	23
Apresentação	24
Nota da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – CEDEPE/PUC-SP – à 6ª edição	27

6

Parte 1 **Vida em família** 29

Famílias enredadas 31

CYNTHIA A. SARTI

Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades 51

BADER B. SAWAIA

Ser criança: um momento do ser humano 65

HELOIZA SZYMANSKI

O jovem e o contexto familiar 75

SÍLVIA LOSACCO

Homens e cuidado: uma outra família? 91

JORGE LYRA

LUCIANA SOUZA LEÃO

DANIEL COSTA LIMA, PAULA TARGINO,

AUGUSTO CRISÓSTOMO, BRENO SANTOS

Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea 107

MARIA AMALIA FALLER VITALE

Parte 2
Trabalhando com famílias 121

Metodologia de trabalho social com famílias 123

NAIDISON DE QUINTELLA BAPTISTA

Reflexões sobre o trabalho social com famílias 143

ROSAMÉLIA FERREIRA GUIMARÃES

SILVANA CAVICHIOLI GOMES ALMEIDA

7

**Famílias beneficiadas pelo
Programa de Renda Mínima em
São José dos Campos/SP:
aproximações avaliativas 155**

ANA ROJAS ACOSTA

MARIA AMALIA FALLER VITALE

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

RELATO DE CASO

**Programa de Garantia de Renda
Mínima e de Geração de Emprego
e Renda de São José dos Campos/SP 185**

APARECIDA VANDA FERREIRA E SILVA

ODILA FÁTIMA T. DERRIÇO

REGINA HELENA SANTANA

Sumário

**Famílias: questões para o
Programa de Saúde da Família (PSF) 191**
REGINA MARIA GIFFONI MARSIGLIA

RELATO DE CASO

**Experiência do Programa de Saúde
da Família de Nhandeara/SP 199**

SOLANGE APARECIDA OLIVA MATTOS

FABIANA REGINA SOARES

RELATO DE CASO

**Experiência do Programa de Saúde da
Família de Itapeva/SP: horta comunitária,
uma experiência em andamento 209**

ROSA PIEPRZOWNIK

VANILDA FÁTIMA RIBEIRO HATOS

**Sistema de Informação de Gestão Social:
monitoramento e avaliação de programas
de complementação de renda 217**

ANA ROJAS ACOSTA

MARCELO AUGUSTO SANTOS TURINE

RELATO DE CASO

**Programa Mais Igual de Complementação de Renda
Familiar da Prefeitura de Santo André/SP 235**

CID BLANCO

VALÉRIA GONELLI

RELATO DE CASO

Políticas públicas de atenção à família 243

LUCI JUNQUEIRA

NELSON GUIMARÃES PROENÇA

Parte 3
Famílias e políticas públicas 255

**Formulação de indicadores de
acompanhamento e avaliação de
programas socioassistenciais 257**

DENISE BLANES

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) 269

9

MIRELA DE CARVALHO

RICARDO PAES DE BARROS

SAMUEL FRANCO

Famílias e políticas públicas 297

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

RELATO DE CASO

**Programa Bolsa-Escola Municipal
de Belo Horizonte/MG: educação,
família e dignidade 307**

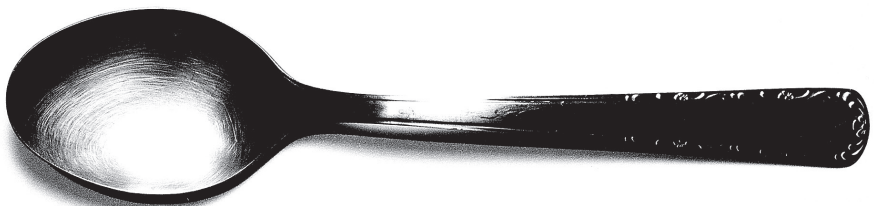
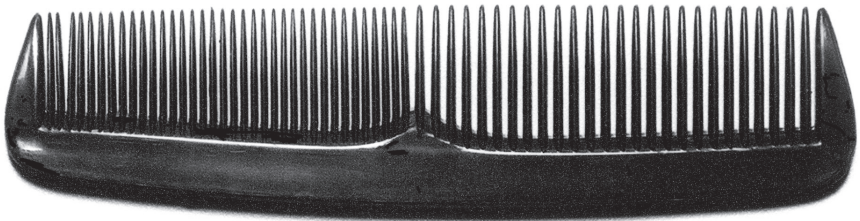
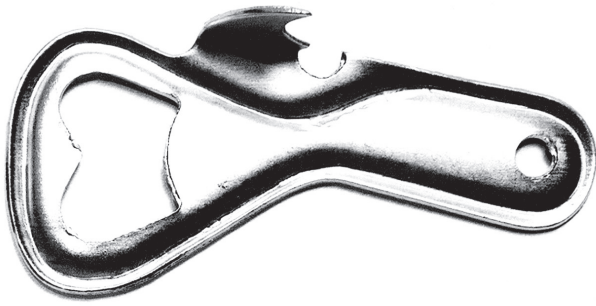
AFONSO CELSO RENAN BARBOSA

LAURA AFFONSO DE CASTRO RAMO

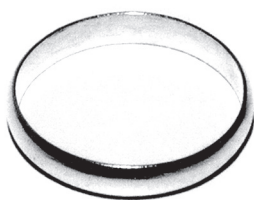
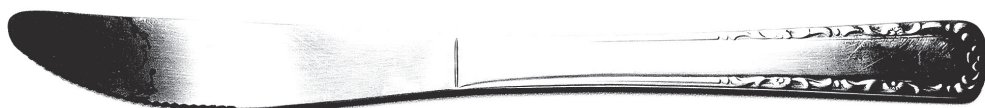
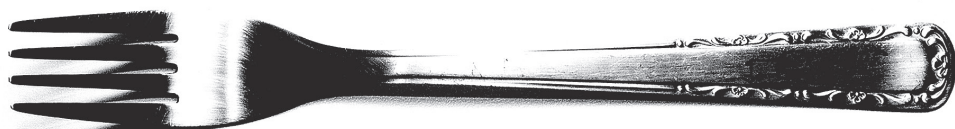
A economia da família 323

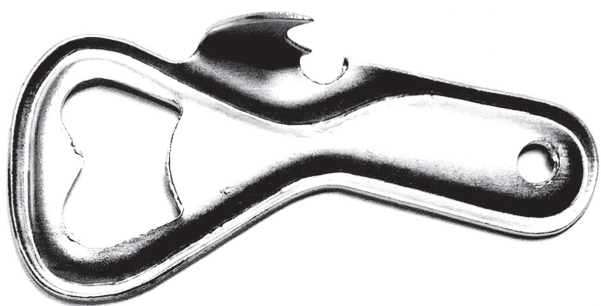
LADISLAU DOWBOR

Parte 1



Vida em família





Famílias enredadas

CYNTHIA A. SARTI*

Introdução

Falar em família neste começo do século XXI, no Brasil, como alhures, implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam. Vivemos uma época como nenhuma outra, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas. Estas dificultam sustentar a ideologia que associa a família à ideia de natureza, ao evidenciarem que os acontecimentos a ela ligados vão além de respostas biológicas universais às necessidades humanas, mas configuram diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos.

Desde a revolução industrial, que separou o mundo do trabalho do mundo familiar e instituiu a dimensão privada da família, contraposta ao mundo público, mudanças significativas a ela referentes relacionam-se ao impacto do desenvolvimento tecnológico. Mais recentemente, destacam-se as descobertas científicas que resultaram em intervenções tecnológicas sobre a reprodução humana (Scavone, 1993).

A partir da década de 1960, não apenas no Brasil, mas em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de

ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher

* Antropóloga, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e professora do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina.

no mundo social. A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família, o qual foi extensamente analisado, sob distintos ângulos, especialmente na literatura sobre gênero (Moraes, 1994; Romanelli, 1995; Sarti, 1995, entre tantos outros).

Desde então, começou a se introduzir no universo naturalizado da família a dimensão da “escolha”. Mais tarde, a partir dos anos 1980, as novas tecnologias reprodutivas — seja inseminações artificiais, seja fertilizações *in vitro*¹ — dissociaram a gravidez da relação sexual entre homem e mulher. Isso provocou outras “mudanças substantivas”, as quais novamente afetaram a identificação da família com o mundo natural, que fundamenta a ideia de família e parentesco do mundo ocidental judaico-cristão (Strathern, 1995).

As distintas intervenções tecnológicas, entretanto, atingem diferentemente a concepção de família. A pílula abala o valor sagrado da maternidade e a identificação entre mulher e mãe, ao permitir a autonomia da sexualidade feminina sem sua inexorável associação com a reprodução. As técnicas de reprodução assistida caminham em direção inversa. Várias pesquisas argumentam que os avanços tecnológicos nesta área reforçam a maternidade e seu valor social, sobretudo no que se refere à manutenção do padrão de relações de gênero (Scavone, 1998; Barbosa, 1999 e 2000).

Scavone (1993) chama a atenção para as modificações no discurso feminista francês em resposta às tecnologias médicas. Na década de 1970, dadas as possibilidades de contracepção, reivindicava-se o direito à livre escolha da maternidade;² na década seguinte, reivindica-se sua não imposição,³ diante da pressão social exercida pelas novas tecnologias reprodutivas como expressão do controle médico sobre a família.

Não obstante, ambas as intervenções tecnológicas — relativas à anticoncepção ou à reprodução assistida — implicam, pelo menos em algum nível, a introdução da noção de “escolha”, seja para evitar a gravidez, seja para

¹ O artigo de Barbosa mostra as várias modalidades das tecnologias reprodutivas, definidas como “o conjunto de técnicas médicas voltadas para o tratamento de situações de infertilidade” (2000, p. 212).

² “*Un enfant, si je veux, quand je veux*” (uma criança, se eu quiser, quando eu quiser), segundo Scavone (1993, p. 52). Cabe ressaltar a exacerbação do discurso individualista presente nesta máxima feminista.

³ “*Les enfants que je veux, si je peux*” (as crianças que eu quiser, se eu puder), como cita Scavone (ibidem, p. 52).

provocá-la por meios “não naturais”. Nesse sentido, a ruptura com a concepção naturalizada da família, reforçada pelas tecnologias, pelo menos contribui, ainda que não garanta, para se pensar os eventos familiares, desde os mais cotidianos, como passíveis de indagações e de negociações, permitindo a emergência de uma “nova intimidade”, como argumenta Giddens (1993).

Sabemos que o mundo de significações humano não tem uma relação mecânica com as possibilidades materiais da existência, sendo mediado pelas “traduções” sociais, culturais e psíquicas dessas possibilidades, ou seja, dependem de como são incorporadas pela sociedade e internalizadas pelos sujeitos.

Assim, as intervenções tecnológicas sobre a reprodução humana introduzem uma tensão no imaginário social, entre o caráter “natural” atribuído à família e a quebra da identificação desta com a natureza, que a tecnologia produz. No imaginário atual relativo à família, pelo menos no amplo espectro do mundo ocidental, opera uma tensão entre escolha e destino (Fonseca, 2001). A família constitui-se em um terreno ambíguo. Ainda que as tecnologias de anticoncepção e de reprodução assistida tenham de fato aberto espaço para novas experiências no plano da sexualidade e da reprodução humana, ao deflagrar os processos de mudanças objetivas e subjetivas, que estão atualmente em curso, não lograram dissociar a noção de família da “natureza biológica do ser humano”.

As tecnologias de anticoncepção e de reprodução assistida [...] não lograram dissociar a noção de família da “natureza biológica do ser humano”.

⁴ Sabe-se que a obra de Michel Foucault foi fundamental no impulso à reflexão crítica acerca dessas instituições. Os trabalhos de Scavone (1993 e 1998) e de Barbosa (1999 e 2000) argumentam que as novas tecnologias reprodutivas reforçam a normatização médica da família e seu controle sobre o corpo da mulher, secundando, a partir de outras questões, o trabalho de Costa (1979) sobre a sociedade brasileira. Sobre a medicina e a construção da diferença de gêneros, ver também Rohden (2001).

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas.⁴ Essas referências

constituem os “modelos” do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da “natureza”, poderosa força simbólica.

■ A paternidade, conhecida?

Na década de 1990, o processo de mudanças familiares ganha novo impulso, com a difusão do exame do DNA (Fonseca, 2001), que permite a identificação da paternidade. A dúvida quanto à paternidade e a certeza da maternidade deixaram, em princípio, de ser o suposto fundamento “natural” que servia de pretexto a costumes, pactos familiares e relações de gênero, que estruturaram a família durante tanto tempo (Bilac, 1998).

Essa forma de intervenção tecnológica é fundamental no que se refere a laços e responsabilidades familiares, porque ela diz respeito ao homem, em seu lugar de pai, e introduz tensões no lugar masculino dentro da família, que até então continuava razoavelmente preservado nas suas bases patriarcais.⁵ A comprovação da paternidade abre o caminho para que esta seja reivindicada, causando forçosamente um impacto na atitude tradicional de irresponsabilidade masculina em relação aos filhos, o que significa um recurso de proteção para a mulher, mas sobretudo para a criança. Não à toa, Bilac (1998) argumenta que os homens nunca foram tão responsáveis por sua reprodução biológica como no momento atual de nossa história (Fonseca, 2001).

Paralelamente, mudanças incidem também sobre o plano jurídico e alteram o estatuto legal da família, como produto da ação de inúmeras forças sociais, entre elas dois movimentos sociais fundamentais para as transformações familiares: o movimento feminista e a luta em favor dos direitos das crianças.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 institui duas profundas alterações no que se refere à família: 1. a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; 2. o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em

⁵ A literatura mostra o quanto o corpo feminino tem sido o foco das intervenções tecnológicas (Barbosa, 1999).

1990, que os define como “sujeitos de direitos”. Com o exame do DNA, que comprova a paternidade, qualquer criança nascida de uniões consensuais ou de casamentos legais pode ter garantidos seus direitos de filiação, por parte do pai e da mãe.

Ambas as medidas foram um golpe, de uma extensão desconhecida até então, desferido contra o pátrio poder. O ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares, ao mesmo tempo em que reitera “a convivência familiar” como um “direito” básico dessa criança. É importante destacar esse aspecto por contribuir para a “desidealização” do mundo familiar, ainda que se saiba que esse recurso legal é frequentemente utilizado para estigmatizar as famílias pobres, definidas como desestruturadas, “incapazes de dar continência a seus filhos”, sem a devida consideração do lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres.

Embora a família continue sendo objeto de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso abalam de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a ideia de um modelo “adequado”. Não se sabe mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família. No que se refere às relações conjugais, quem são os parceiros? Que família criaram? Como delimitar a família se as relações entre pais e filhos cada vez menos se resumem ao núcleo conjugal? Como se dão as relações entre irmãos, filhos de casamentos, divórcios, recasamentos de casais em situações tão diferenciadas? Enfim, a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade.

Sabemos que houve, no Brasil, uma drástica redução do número de filhos em todas as camadas sociais (Goldani, 1994), principalmente entre os pobres, por serem os que apresentavam maiores taxas de fecundidade. A difusão dos anticoncepcionais teve impacto em toda a sociedade, o que não quer dizer que essa difusão teve o mesmo significado em todos os segmentos nos quais se manifestou, porque a maternidade e o filho têm significados distintos para cada um. O mesmo acontece em relação ao exame do DNA, que tem sido solicitado em todas as camadas sociais (Fonseca, 2001).

***Os homens
nunca foram tão
responsáveis por
sua reprodução
biológica como no
momento atual de
nossa história.***

Não temos ainda suficiente informação, fundamentada em pesquisas, sobre o que mobiliza as mulheres pobres a comprovar a paternidade de seus filhos. Que sentidos têm, para elas, a partilha financeira, mesmo num contexto de poucos recursos? Dado o alto índice de mães solteiras e, portanto, de crianças sem registro de paternidade, parece haver um desejo do nome do pai na certidão de nascimento, a marca da origem. Qual o sentido da busca da identificação do pai, pelo filho, e do pai do filho, pela mãe, entre aqueles que socialmente têm seus direitos não reconhecidos e tantas oportunidades negadas? Tais perguntas emergem também pela alta incidência de filhos que solicitam o exame do DNA (Fonseca, 2001), na busca do pai desconhecido.

As mudanças familiares têm, assim, sentidos diversos para os diferentes segmentos sociais, e seu impacto incide de formas distintas sobre eles, porque o acesso a recursos é desigual numa sociedade de classes. Portanto, para abordar o tema das famílias e das políticas sociais, não se pode partir de um único referencial.

■ Fios esgarçados...

Pela perda de referências rígidas no que se refere à família, assim como pela flexibilidade de suas fronteiras, algumas dificuldades se impõem no trabalho a ela voltado. Em primeiro lugar, a dificuldade de romper com o modelo idealizado e naturalizado acerca dessa instituição e, além disso, a dificuldade de nos estranharmos em relação às nossas próprias referências. A esse respeito, tende-se a ser ainda mais etnocêntrico do que habitualmente se é em outros assuntos, tão forte é sua identificação com o que somos (Sarti, 1999).

Pode-se pensar a noção de família como uma “categoria nativa”, ou seja, de acordo com o sentido a ela atribuído por quem a vive, considerando-o como um *ponto de vista*. Embora nunca estejamos inteiramente seguros de que o que atribuímos ao outro corresponde ao que ele atribui a si mesmo — dificuldade inerente às relações intersubjetivas —, pode-se ao menos buscar uma abertura tendo em vista essa aproximação.

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo

do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida. Ou seja, trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis.

Partimos, então, da ideia de que a família se delimita simbolicamente, baseada num discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade: cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem.

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher). Sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto, simbolicamente.

Quando ouvimos as primeiras falas, não aprendemos apenas a nos comunicar; captamos, acima de tudo, uma ordem simbólica, ou seja, uma ordenação do mundo pelo significado que lhe é atribuído segundo as regras da sociedade em que vivemos. O componente simbólico, apreendido na linguagem, não é apenas parte integrante da vida humana, é seu elemento constitutivo.

Nesse jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, as construções simbólicas operam numa relação especular. Assim acontece na

Qual a concepção de família segundo os “pobres” — aqueles a quem se dirigem as políticas sociais? Qual a concepção de pobreza dessas políticas?

família. O discurso social a seu respeito se reflete nas diferentes famílias como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, e cada uma delas, por sua vez, devolverá ao mundo social *sua* imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas. Assim, cada uma constrói seus mitos segundo o ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si mesma que inclui também sua elaboração, objetivando sua experiência subjetiva.

Na tentativa de escutar a história que as famílias contam sobre si mesmas, no quadro de mudanças familiares descrito, como pensar na formulação de políticas sociais, uma vez que essas políticas se dirigem àquelas consideradas pobres?

Gostaria de atentar para duas questões, na tentativa de refletir sobre as nossas práticas: a concepção de família, segundo aqueles a quem se dirigem as políticas sociais, os “pobres”; e a concepção de pobreza subjacente a essas políticas, que faz do pobre um “outro”.

■ Os nós atados: a família em rede

A primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é sua configuração em rede, contrariando a ideia corrente de que esta se constitui em um núcleo.⁶ Assim, cumpre desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa, imprecisão que têm consequências nas ações a ela pertinentes, uma vez que leva a desconsiderar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam.

No universo simbólico dos pobres, existe uma divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher na família, que corresponde à diferenciação que fazem entre casa e família. A casa é identificada com a mulher, e a família com o homem. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico.

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o *chefe da família* e a mulher, a *chefe da casa*. O homem corporifica a ideia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo.

⁶ As reflexões sobre a família entre os pobres, aqui apresentadas, baseiam-se em uma experiência de pesquisa na periferia de São Paulo, cujos resultados aparecem em trabalho anterior, recentemente reeditado (Sarti, 2003).

Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. Scott (1990) observou o mesmo padrão em famílias pobres no Recife, ao analisar as diferentes percepções da casa pelo homem e pela mulher. Mostra que, no discurso masculino, a casa deve estar “sob controle”, enquanto as mulheres ativamente a controlam.

Ainda que em nível ideal o projeto de casar venha junto com o de ter uma casa, como núcleo independente, os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento, pelas obrigações que continuam existindo em relação aos familiares, sobretudo diante da instabilidade das uniões conjugais entre os pobres. Nos casos das frequentes uniões instáveis, que se devem às dificuldades de atualizar o padrão conjugal, ressalta-se a importância da diferenciação entre a casa e a família para se entender a dinâmica das relações familiares (Fonseca, 1987; Woortmann, 1982 e 1987).

Além disso, as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família.

A vulnerabilidade da família pobre ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas. Dada a configuração das relações de gênero, o homem se sente *fracassado*, e a mulher vê rolar por água abaixo suas chances de *ter alguma coisa* através do projeto do casamento.

Se a vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem — o que a enfraquece em face deste mundo, que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações de gênero —,

Cumprir desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa, pois essa imprecisão desconsidera a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família.

o lugar central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve.

Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica do lar, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e ela pode de fato assumir o papel do homem como “chefe de família” e definir-se como tal. A autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento dos seus, funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva. Entretanto, a *desmoralização* ocorrida pela perda da autoridade inerente ao papel de provedor, abalando a base do *respeito* que lhe devem seus familiares, significa uma perda para a família como totalidade, que tenderá a buscar uma compensação, ou seja, a substituição da figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar.

Cumprir o papel masculino de provedor não configura, de fato, um problema para a mulher, já acostumada a trabalhar. Para ela, o problema está em manter a dimensão do *respeito*, que é conferida pela presença masculina. Mesmo quando sustentam economicamente suas unidades domésticas, elas podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume-se como provedora, a identificação do homem com a autoridade moral que confere respeitabilidade à família não necessariamente se quebra.

A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres “chefes de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa. Tal como acontece o deslocamento dos papéis masculinos, os papéis femininos, na impossibilidade de serem exercidos pela *mãe-esposa-dona de casa*, são igualmente transferidos para outras mulheres, de fora ou de dentro da unidade doméstica.

A comunicação dentro da rede de parentesco mostra que a mãe tem um papel crucial, conforme observa Woortmann (1987), mas isso não significa sua “centralidade” na família, mas o cumprimento de seu papel de gênero, como mantenedora da unidade familiar, numa estrutura que inclui o papel complementar masculino, deslocado para outros homens

na ausência do pai/marido. A centralidade está, portanto, no par masculino/feminino.

Dentro desse universo simbólico, ressurgem entre os pobres urbanos a clássica figura do “irmão da mãe”. Sobretudo nos momentos do ciclo de vida em que o pai da mulher já tem uma idade avançada e não possui mais condições de lhe dar apoio, o irmão surge como a figura masculina mais provável de ocupar o lugar da autoridade masculina, mediando a relação da mulher com o mundo externo e garantindo a respeitabilidade de seus consanguíneos. Woortmann (1987) e Fonseca (1987) reconhecem também obrigações do irmão de uma mulher para com ela, como uma espécie de substituto do marido, assumindo parte das responsabilidades masculinas quando esta é *abandonada*.

Nas famílias que cumpriram sem rupturas os ciclos de desenvolvimento da vida familiar, o pai/marido tem papel central numa relação complementar e hierárquica com a mulher, concentrada no núcleo conjugal, ainda que essa situação não exclua a transferência de atribuições à rede mais ampla, em particular quando a mãe trabalha fora; nas que são desfeitas e refeitas, os arranjos deslocam-se mais intensamente do núcleo conjugal/doméstico para a rede mais ampla, sobretudo para a família consanguínea da mulher.

Esse deslocamento de papéis familiares não significa uma nova estrutura, respondendo, antes, aos princípios estruturais que definem a família entre os pobres, a hierarquia homem/mulher e a diferenciação de gênero, com a divisão de autoridades que a acompanha.

Não é, portanto, o controle dos recursos internos do grupo doméstico que necessariamente fundamenta a autoridade do homem, mas seu papel de intermediário entre a família e o mundo externo, como guardião da respeitabilidade — lugar masculino que corresponde à representação social de gênero que identifica o homem como a autoridade moral da família. Diz respeito à ordem moral que a organiza, que se reatualiza nos diversos arranjos feitos pelas famílias com seus poucos recursos.

A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obriga-

***Os papéis femininos,
na impossibilidade
de serem exercidos
pela mãe-esposa-
-dona de casa, são
transferidos para
outras mulheres, de
fora ou de dentro da
casa.***

ções morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos.

Entre as relações familiares, é sem dúvida a que ocorre entre pais e filhos que estabelece o vínculo mais forte, em que as obrigações morais atuam de forma mais significativa. Se, na perspectiva dos pais, os filhos são essenciais para dar sentido a seu projeto de casamento, “fertilizando-o” — para não serem uma *árvore seca* e outras tantas metáforas que exemplificam a analogia da família com a natureza —, dos filhos espera-se o compromisso moral da retribuição dos cuidados.

Para entender o lugar das crianças nas famílias pobres, é necessário, mais uma vez, diferenciar as que cumpriram as etapas do seu desenvolvimento sem rupturas, cujos filhos tendem a se manter no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram nesse caminho, alterando a ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos.

Nos casos de instabilidade familiar por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida. Fonseca (2002) argumenta que há uma coletivização das responsabilidades pelos menores dentro do grupo de parentesco, caracterizando uma “circulação de crianças”. Essa prática popular inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres.

Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e os deveres no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que estes não são do mesmo pai e da mesma mãe, levando a ampliar essa rede para fora desse núcleo. Nessa situação, os conflitos entre as crianças e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por *dar seus filhos para criar*, ou algum deles, ainda que temporariamente.

A criança será confiada a outra mulher, em geral da rede consanguínea da mãe. Nas famílias desfeitas por morte ou separação, no momento de expansão e criação dos filhos ocorrem rearranjos a fim de garantir o amparo financeiro e o cuidado necessários. Embora se conte fundamentalmente com a rede consanguínea, as crianças podem ser

recebidas por não parentes, dentro do grupo de referência dos pais.

Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filho. Uma nova união tem implicações na relação da mulher com os filhos da união anterior, que expressam o conflito entre conjugabilidade e maternidade. Dadas as dificuldades que uma mulher pobre enfrenta para criar seus filhos, a tendência será lançar mão de soluções temporárias a fim de contornar a situação, entre as quais está a possibilidade de que os filhos fiquem com o pai (o que aconteceu, de fato, entre os casos que acompanhei).

A instabilidade familiar, embora seja um fator importante, não esgota o significado da circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam. Essa circulação, como padrão legítimo de relação com os filhos, pode ser interpretada como um padrão cultural que permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criá-los, levando as mães a não se desligarem deles, mas a manterem o vínculo por meio de uma circulação temporária. Assim, mantêm-se os vínculos de *sangue* com os de *criação*, ambos definindo os laços de parentesco, juntamente com a presença, no mundo da criança, de várias “mães”: a que *me criou*, a que *me ganhou* etc. (Fonseca, 2002).

Quanto às obrigações morais dos filhos com relação aos pais, os que *criam* e *cuidam* são merecedores de profunda *retribuição*, sendo um sinal de ingratidão o não *reconhecimento* dessa contrapartida.

As adoções temporárias — ou circulação de crianças — criam uma forma de *apego*, uma afetividade distinta das relações estáveis e duradouras. O sentimento de uma mãe ao *dar seu filho para criar*, como uma questão de ordem sociológica, diz respeito a um padrão cultural segundo o qual as crianças fazem parte da rede de relações que marca o mundo dos pobres, constituindo “*dádivas*”, como observou Fonseca (2002). Assim, *criar* ou *dar* uma criança não é apenas uma questão de possibilidades materiais,

A circulação de crianças, que acontece mesmo em famílias que não se romperam, pode ser interpretada como padrão legítimo de relação com os filhos.

inscrevendo-se dentro do padrão de relações que os pobres desenvolvem entre si, caracterizadas por um dar, receber e retribuir contínuos.

A rede de obrigações que se estabelece configura, assim, para os pobres, a noção de família. Sua delimitação não se vincula à pertinência a um grupo genealógico, uma vez que a extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem convivem ou conviveram, raramente passando dos avós. Para eles, a extensão da família corresponde à da rede de obrigações: são *da família* aqueles com quem se pode contar, quer dizer, *aqueles em quem se pode confiar*.

A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando suas relações. Dispor-se às obrigações morais recíprocas é o que define a pertinência ao grupo familiar. A argumentação deste trabalho vai ao encontro da de Woortmann (1987), para quem, sendo necessário um vínculo mais preciso que o de *sangue* para demarcar quem é parente ou não entre os pobres, a noção de *obrigação* torna-se central à ideia de parentesco, sobrepondo-se aos laços consanguíneos. Essa dimensão moral do parentesco, a mesma que indiferencia os filhos de *sangue* e os de *criação*, delimita também sua extensão horizontal. Como afirma Woortmann (1987), a relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações são dadas, que *não se escolhem*. As outras relações podem ser seletivas, dependendo de como se estabeleçam as obrigações mútuas dentro da rede de sociabilidade. Não há relações com parentes de *sangue*, se com eles não for possível dar, receber e retribuir, enfim, *confiar*.

Se, em toda a sociedade brasileira, a família é um valor alto, entre os pobres sua importância é central, e não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante de sua experiência de desamparo social. A família, para eles, vai além; constitui-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar.

Nesse sentido, é importante, na formulação de políticas sociais, manter o foco na família — homens, mulheres e crianças —, entendida em sua dimensão de rede. No mundo simbólico dos pobres, a família tem precedência sobre os indivíduos, e a vulnerabilidade de um de seus membros implica enfraquecer o grupo como um todo. É evidente que é

necessário e urgente considerar as desigualdades de gênero, socialmente instituídas e agravadas nos grupos sociais desfavorecidos, bem como desenredar os fios, mas sempre levando em conta que desigualdades se configuram em relações, dentro de um mundo de significação próprio que precisa ser levado em conta. Sendo assim, no que se refere às famílias pobres, como escutar o discurso daqueles a quem se dirigem as políticas sociais — os pobres — e situá-lo no contexto que lhe dá significado, ou seja, o contexto de quem emite o discurso (e não o de quem o analisa)?

A dificuldade em relativizar os pontos de vista parece ser uma das questões mais relevantes a serem enfrentadas na implementação de políticas sociais.

■ Considerações finais

Soa óbvio mencionar a importância de se perguntar como a própria família define seus problemas, suas necessidades, seus anseios e quais são os recursos de que ela mesma dispõe. Menos óbvio é pensar como ouvimos suas respostas e o estatuto que atribuímos ao que se diz.

Pensar as políticas sociais implica pensar a relação entre si e o outro. O problema reside na concepção de família que subjaz à grande parte das “intervenções” em famílias, o que inibe a possibilidade de elaboração dos problemas individuais e coletivos conforme os recursos que podem estar no próprio âmbito familiar.

Duas ordens de questões estão em jogo: de um lado, a idealização da família, projetada num dever ser (e da própria afetividade como um mundo que exclui o conflito); de outro, está a idealização de si, por parte dos profissionais, expressa na tendência a atribuir-se exclusivamente um saber, com base em sua formação técnica, e negar que a família assistida tenha um saber sobre si própria.

Ouve-se o discurso das famílias como “ignorância”, negando que este possa ser levado em conta como um diálogo entre pontos de vista. Essa tendência à desqualificação do outro será tanto mais forte quanto mais a família assistida pertencer aos estratos mais baixos da hierarquia, reproduzindo os mecanismos que instituem a desigualdade social.

À dificuldade que o tema da família apresenta, por sua forte identificação com nossas próprias referências e pelo esforço de estranhamento que a aproximação ao outro exige, soma-se o problema do estatuto que atribuímos ao nosso próprio discurso e, conseqüentemente, ao discurso do outro. Considerar o ponto de vista alheio envolve o confronto com nosso ponto de vista pessoal, o que significa romper com o estatuto de verdade que os profissionais, técnicos e pesquisadores tendem a atribuir a seu saber. Esse estranhamento permite relativizar seu lugar e pensá-lo como um entre outros discursos legítimos, ainda que enunciados de lugares socialmente desiguais.

A dificuldade de relativização dos pontos de vista parece ser uma das mais relevantes questões a serem trabalhadas na implementação de políticas sociais, assim como em todo trabalho que envolva algum tipo de ajuda não apenas aos pobres, mas a quem quer que seja, deficientes ou doentes, físicos ou mentais.

Finalizando, nas políticas sociais trata-se de transformar o lugar do outro na sociedade. No entanto, como condição prévia a essa transformação, trata-se de mudar o lugar em que nos colocamos perante os demais.

■ Referências bibliográficas

BARBOSA, R. M. *Desejo de filhos e infertilidade: um estudo sobre a reprodução assistida no Brasil*. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia — Universidade Federal de São Paulo. (Mimeo.)

_____. Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 212-228, 2000.

BILAC, E. D. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS — GT FAMÍLIA E SOCIEDADE, 10., Caxambu/MG, 1998. (Mimeo.)

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v. 5.)

DERRIDA, J.; Roudinesco, E. Familles desordonnées. In: DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. *De quoi demain... dialogue*. Paris: Fayard et Galilée, 2001.

FONSECA, C. Aliados e rivais na família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila porto-alegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, p. 88-104, jun. 1987.

_____. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira, 2001. (Mimeo.)

_____. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 94, p. 7-22, nov. 1994.

MORAES, M. L. Q. Infância e cidadania. *Cadernos de Pesquisa*, v. 94, p. 23-29, nov. 1994.

NEVES, D. P. Nesse terreiro, galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. *Anuário Antropológico/83*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. (Antropologia e Saúde.)

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p. 63-88.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ, 1995. p. 39-49.

_____. Família e jovens: no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, p. 99-109, 1999.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

SCAVONE, L. Impactos das tecnologias médicas na família. *Saúde em Debate*, v. 40, p. 48-53, set. 1993.

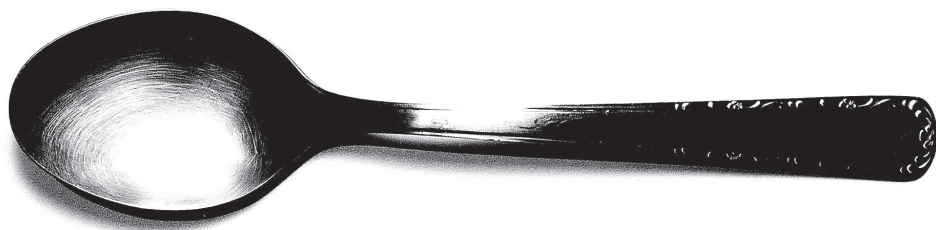
_____. Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos. *Cadernos Pagu*, v. 10, p. 83-112, 1998.

SCOTT, P. R. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 73, p. 38-47, maio 1990.

STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

WOORTMANN, K. Casa e família operária. *Anuário Antropológico/80*, Rio de Janeiro/Fortaleza: Tempo Brasileiro: UFC, 1982. p. 119-50.

_____. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.



Pensar e repensar a família é uma exigência. A família tem sido percebida como base estratégica para condução de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a garantia de direitos.

Nos últimos anos, observou-se uma proliferação de programas e projetos dirigidos ao atendimento das famílias. A família, no entanto, não pode ser vista apenas como estratégia dessas políticas. Neste sentido, tem-se questionado se essas iniciativas são eficientes e eficazes para o fortalecimento das competências familiares, se respondem às necessidades das próprias famílias atendidas e se contribuem para o processo de inclusão e proteção social desses grupos. Por estas razões, as problemáticas concernentes à esfera familiar, as redes de sociabilidade passam a ser centrais no trato das políticas sociais.

A reflexão sobre esses e outros desafios certamente interessa a todos que pesquisam ou trabalham com a temática da família e das políticas sociais, nas diferentes organizações públicas ou privadas.

REALIZAÇÃO

APOIO

PUC
SP
Cedepe

CORTEZ
EDITORA

 Konrad
Adenauer-
Stiftung
oficina municipal 

 CENPEC

 UNICSUL

 CEPAM

ISBN 978-85-249-2312-8



9 788524 923128